

# O PAPEL DO PROFISSIONAL DE PEDAGOGIA NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA NO AMBIENTE EDUCACIONAL

## **LUARA POLIANA DE VASCONCELOS SOUSA**

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, luaradevasconcelos@gmail.com;

## **AUXILIADORA MARIA MARTINS DA SILVA**

Orientadora Professora Doutora da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, auxiliadora.martins@ufpe.br;

## 1. INTRODUÇÃO

A visão eurocêntrica apresentada nos ambientes educacionais sobre a temática indígena reflete. Esta demanda surge a partir de que cada vez mais é crescente que os povos indígenas estão ocupando os espaços que lhe são garantidos como direito básico. A escola só foi garantida pela Constituição de 1988, além do que vem sendo regulamentado por meio da legislação subsequente.

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Resolução 3/99 do Conselho Nacional de Educação, a educação indígena está contemplada no Plano Nacional de Educação aprovado em 2001. Também há perspectivas no projeto de lei do Estatuto do Índio, como o Marco Temporal, ainda em tramitação no Congresso Nacional.

A partir da reflexão sobre tornar os espaços educacionais acessíveis, livres de preconceitos e estereótipos para estudantes indígenas, é urgente adicionar e potencializar a pauta em diálogo com profissionais de educação. A construção do docente com um olhar diferente sobre a identidade cultural e as diversidades étnicas amplia os horizontes e as formas de políticas afirmativas que devem ser inseridas em todos os espaços como uma das maneiras para o combate ao racismo institucional e estrutural que compõe a sociedade brasileira.

## 2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A escola que me foi apresentada não contemplava essa parte da minha vida. Durante todo o meu ensino escolar as informações que eram apresentadas sobre os povos originários demonstrava o quão eram retrógrados. As demandas existentes em escolas como essa, não contempla, como por exemplo, a retomada de sua ancestralidade.

Partindo desse ponto, podemos entender o quão importante é ensinarmos para as crianças o poder que elas possuem em si mesmas, dessa maneira, fortalecendo a sua autonomia. Qualidade que para Freire (1996), consiste na condição humana do indivíduo que se reconhece como ser histórico e que é capaz de compreender e transformar a sua realidade. Ou em outras palavras:

[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de

assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto (FREIRE, 1996, p. 46).

As vivências que obtive na escola causaram-me traumas os quais ainda carrego comigo. As limitações que me foram impostas durante minha trajetória me levaram a que pudesse estar hoje aqui. Vivenciar este caminho em suas partes ruins e boas, aprendendo que nada deve ser tratado sobre nós, sem nós.

Ser mulher e fugir dos caminhos que o sistema racista e misógino nos delimita é estar carregando os sonhos das mulheres da minha família comigo a todo o momento. Ser a primeira da família a ingressar numa universidade pública me propõe uma grande reflexão: quantas possibilidades foram tiradas em mais de 520 anos de apagamento e genocídio? Nossa luta está marcada faz muitos anos pela resistência, na qual a cada passo que damos, as regras da sociedade vão se moldando para nos afastar dos nossos direitos.

O poder colonizador se faz presente em nosso cotidiano nos lugares que andamos, nos ambientes que frequentamos e até naqueles em quem confiamos. A cada momento que nos permitimos a tentar um novo caminho, vemos normas do jogo da vida numa sociedade que é majoritariamente dominada por brancos. Estamos expostos na sociedade como pessoas que ocupam um lugar subalterno e que, inclusive, costumam ter sua luta esquecida.

Ao ingressar na universidade é encarar uma realidade diferente. Sendo uma realidade chocante no curso de pedagogia, a ausência de autores/as indígenas nas bibliografias apresentadas nas disciplinas até o prezado momento do 6º período, além de que nenhuma das disciplinas foi ministrada por um docente indígena.

Em minha caminhada ao longo dos anos nessa universidade, tive a honra e o prazer de conhecer projetos incríveis, como o GEPAR - Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação, liderado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Auxiliadora Martins, que nos guia e nos permite compreender que existem outras possibilidades no caminho da educação.

Quando pensamos no papel do pedagogo, devemos ter um olhar sensível sobre o que nos antecede e o que nos permite hoje em dia estar em atuação. Diante de um espaço como o Centro de Educação, há outros

projetos como o GEPAR, mas não recebem o reconhecimento e a potencialidade que possuem para o acesso, permanência, principalmente, a conclusão do curso, pois em nossa formação e em meio a tantos desafios, se formar é uma vitória que não é só nossa, mas de todas as pessoas que vieram antes de nós.

O papel do pedagogo na efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 são cruciais, uma vez que lidar com as relações étnico-raciais está atrelada à desconstrução do racismo na sociedade. A partir da visão de Denise Jodelet (1989) observamos a proposição de uma questão: o que é que faz com que pessoas que cultuam valores democráticos e igualitários aceitem a injustiça que incide sobre aqueles que não são seus pares ou não são como eles?

A omissão perene sobre as injustiças diárias alimenta ainda mais o processo de apagamento do plano colonialista que é imposto desde 1500 no Brasil. Devemos nos atentar aos detalhes que constroem atitudes racistas nos nossos estudantes. O educador ou educadora, em sala de aula, representa uma figura ideal para muitos/as discentes. Logo, introduzir a temática indígena através dos próprios indígenas é um grande passo para o fortalecimento desse movimento, apresentar poder de voz e a escuta para nossos apelos e dores é demonstrar respeito por toda uma história dos dois “Rs” que são a resiliência e resistência.

Saber compreender o outro é essencial para a empatia fluir. Dessa maneira, antes de palavras e ideias que se fazem como marcadores de preconceitos, pergunte a um indígena sobre a sua história. Por outro lado, os convites para participação nos eventos apenas feitos no dia dezanove de abril tanto acadêmicos, quanto escolares precisam, com urgência, ser rompidos. Nossos anseios e qualidades atravessam a barreira do estereótipo do índio que canta, dança e existe apenas em uma data.

Somos professoras e professores, artistas, profissionais de saúde e muitas outras profissões e saberes. Insistir no ideal indígena gerado pelos colonizadores é permanecer omissos ou colaborativos diante de toda situação racista que nos é exposta todos os dias. Ser pedagoga é se tornar uma grande articuladora do trabalho pedagógico apresentando diálogo e reflexões em diversos aspectos.

A verdadeira compreensão nunca será posta em prática se não houver interesse em entender. Assim sendo, para que as práticas pedagógicas sejam efetivas é necessário romper com um currículo eurocêntrico e dicotômico aproveitando-se do diálogo e da interação social do meio.

Sendo a aula uma troca, o educador ou educadora sugere o passo e os/as estudantes vão adaptando-o dentro de seus limites. Dessa maneira, podemos proporcionar aos discentes uma identificação com sua história para aqueles e aquelas que são indígenas e não indígenas: o poder de transformação da sociedade que vivemos.

Dentro desse contexto é necessário reconhecermos que o acolhimento das temáticas indígenas dentro dos meios educacionais fortalece a luta travada contra esse ideal racista e a importância do respeito à propriedade das vivências e local de fala dos povos originários possibilitando e efetivando as políticas que nos contemplam.

### 3. RESULTADOS

Através da experiência vivenciada ao longo de três anos como discente no curso de pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, foi possível constatar a necessidade urgente para a importância sobre a inserção e fomentação das temáticas indígenas dentro dos meios educacionais que se fortalece como uma das maneiras de efetivar a luta antirracista na atuação das práticas educacionais que se constituíram através dos parâmetros eurocêntricos a partir das concepções preconceituosas sobre os povos originários.

Identifica-se a ausência nas ementas das 54 disciplinas obrigatórias do curso de Pedagogia dispostas no documento curricular intitulado Perfil 1322 em voga desde 2008. A presença de estudantes indígenas dentro dos espaços educacionais é marcada pela resistência e fortalecimento para continuar ocupando os espaços que lhe são permitidos como um dos direitos básicos, o acesso à educação superior. As políticas afirmativas efetivam o acesso das comunidades tradicionais para além dos ambientes à margem da sociedade que são impostos pelo sistema-mundo capitalista onde as classes dominadas exercem apenas o papel de mão-de-obra para a benfeitoria da hegemonia branca.

Nesse sentido, as reformas nos processos educacionais fazem-se necessárias, efetivar os direitos essenciais de equidade social que devem ocorrer, primordialmente, na formação de docentes que irão atuar nas redes básicas de ensino. A construção do docente com um olhar diferente sobre a identidade cultural e as diversidades étnicas, amplia os horizontes e as formas de políticas afirmativas que deve ser inserida em todos os espaços como uma das maneiras para o combate ao racismo institucional e estrutural que compõe a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 7 ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JODELET, Denise. **Os processos psicossociais da exclusão**. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: a análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.